



As condições de vida dos pescadores artesanais de Rua da Palha

Ronaldo Gomes Alvim

Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Universidade Federal de Sergipe, Av. Marechal Rondon, s/n, 49100-000, São Cristóvão, Sergipe, Brasil. E-mail: alvimrg@yahoo.com.br

RESUMO. O presente trabalho é parte de uma atividade que vem sendo desenvolvida no povoado de Rua da Palha, no estado de Sergipe, Brasil. A comunidade é de remanescentes quilombolas que, no decorrer das gerações, encontraram na atividade da pesca sua forma de subsistência. Através da técnica *snow ball* foram selecionadas 25 famílias para a realização de entrevistas cujo objeto de análise foi a realidade local, considerando: as relações socioeconômicas que os envolvem na pesca, os apoios governamentais às suas necessidades, suas relações com o entorno e como estes mesmos têm sobrevivido ao longo das últimas décadas. O resultado demonstrou que a comunidade ainda vive em estado de certa privação e pobreza, fazendo que muitos membros optem por sair do povoado em direção à capital do estado ou para outras cidades com melhores perspectivas de vida. Todavia, já se observa uma melhora na condição de vida dos pescadores, sobretudo, após o apoio dos governos estadual e federal para minimizar a influência negativa da mortandade de caranguejos e mariscos na região.

Palavras-chave: comunidade tradicional, quilombola, pesca, apoios governamentais, meio ambiente.

The living conditions of fishermen in Rua da Palha

ABSTRACT. This paper is part of an activity being carried out in Rua da Palha community, located in the state of Sergipe, Brazil. This community is basically remnants of Quilombolas (group of people) engaged in fishing activities as a form of subsistence way of living over some generations. By snow ball technic, focusing on the local reality as the main object, 25 families were selected for interview considering: the socioeconomic relationships involved in fishing, the governmental supports to their necessities, their link to the environment and to how the same have survived over the last decades. Result demonstrated that the community is still living in a state of privation and poverty that makes many members to move out by the preference to live in the state capital or other cities. However, in order to minimize the negative influence, life improvement was observed in their living conditions, especially after the State and Federal Government supports against death occurrence of crabs and shellfish in the region.

Keywords: traditional community, quilombolas, fishing, governmental support, environment.

Introdução

A maior parte da atividade de pesca artesanal realizada no Brasil, salvo algumas exceções, representa quase a maioria dos peixes e mariscos coletados na nossa costa (SOUTO, 2010). O conhecimento dos pescadores artesanais tem se mostrado, nas últimas décadas, de grande significância para a preservação de sua sabedoria tradicional, capaz de transmitir experiências, crenças, mitos e valores a seus descendentes, cada um dentro de sua história vivida e, ao mesmo tempo, partilhada com os demais membros. É uma forma de se adaptar a um padrão societário no qual o seu sucesso de caçador depende de múltiplos meios, sejam eles comportamentais ou cognitivos (MARQUES, 2010).

Na concepção de Clauzet; Ramires; Barrella (2005), este grupo social, além de possuir contato direto com seu entorno, detém, de certa maneira,

grande conhecimento sobre alguns valores ecológicos dos animais capturados. Além disso, vale destacar suas experiências pessoais e coletivas, lutas pelo grupo, ainda que muitas vezes estas não estejam implícitas em suas ações diárias, mas desempenham um significativo papel na proteção do seu entorno e de seus valores e crenças.

Estudos ligados à área da Ecologia Humana principalmente, 'são muito apropriados a esta área, visto que analisam as interações entre as populações humanas e os recursos naturais' (CORTEZ, 2010, p. 14), uma tendência que ultrapassa conceitos atomizados de conservação e preservação, para adentrar em outras áreas como a Sociologia, Antropologia, Geografia, Economia, Demografia, História e várias outras (BATES, 2005; BATES; LEES, 1996), construindo uma teia de conhecimentos ou propostas de trabalhos em que cada campo opera dentro de suas bases filosóficas sem deixar de lado as demais.

A Ecologia Humana representa o mecanismo pelo qual o homem é capaz de observar sua influência sobre o seu entorno e, por sua vez, de entender o quanto este interfere em suas ações (DREW, 1998; MILTON, 1993). Na concepção de Moran (1990, p. 34), esta ciência,

[...] visa a integrar o conhecimento sobre a diversidade de comportamento das populações humanas com os sistemas dentro dos quais tais populações se encontram, invalidando a ideia de que representa um 'reducionismo materialista'.

Por sua vez, no entendimento de Begossi (2000), a visão desta ciência aproxima os conhecimentos dos seres humanos com seu entorno, sua compreensão do espaço e as estratégias adotadas para a aquisição e consumo de bens naturais.

Em outras palavras, almeja-se que o indivíduo entenda o todo a partir de suas ações e condições culturais para assim poder assumir uma postura multifacetada e convergente capaz de formar o caráter, a percepção, o conhecimento e a interpretação de suas ações em relação ao meio físico natural.

Partindo desses pressupostos, propõe-se estudar a comunidade de Rua da Palha a fim de identificar as relações sociais e ambientais a partir de seu cotidiano, pois se acredita que o resultado deste trabalho possa contribuir para o reconhecimento de seu povo e seus anseios diante das problemáticas nas quais estão envolvidos.

Área de pesquisa

A comunidade de Rua da Palha está localizada no município de Santa Luzia do Itanhhy a 72 quilômetros de Aracaju, capital do Estado de Sergipe, entre as Coordenadas 11° 18' 48.5" Sul, 37° 25' 22.9".

O povoado, segundo pôde-se constatar, vem, nestes últimos anos, se recuperando de um grande impacto ambiental aquático ocorrido em 2002. Segundo a presidente da Colônia de pescadores, naquela época, houve uma grande mortandade de caranguejos o que resultou na concessão de bolsas de alimentação por parte dos Governos Federal, Estadual e Municipal após este declarar Estado de Calamidade Pública.

Atualmente, a situação ainda é precária para a maioria da população, não só pela diminuição dos recursos naturais, mas também pelo crescimento populacional, o que tem feito que muitos dos pescadores ou seus descendentes migrem para outras cidades ou estados.

Na comunidade de Rua da Palha, a população é constituída, em sua maioria, de grupos sociais de um antigo assentamento remanescente de quilombo, que tem a pesca como a atividade principal, visto ser ela ensinada e aprendida ao longo das gerações.

Para a compreensão do presente trabalho, há de se destacar a importância social cultural, e ambiental dos grupos de remanescentes de quilombolas no cotidiano de seus cidadãos por serem compostas, em sua maioria, por comunidades tradicionais que na concepção de Diegues (1983) são aqueles agrupamentos que têm como característica principal a dependência e, ao mesmo tempo, simbiose com a natureza. Tais condições os colocam suscetíveis aos ciclos naturais, às relações antrópicas e a abundância dos recursos naturais renováveis a partir dos quais se constrói seu *modus vivendi*, que se reflete na elaboração de estratégias de uso e de manejo dos recursos.

Nesta concepção, a ausência de recursos e, consequentemente, tecnologias contemporâneas que os ajudem na melhor obtenção de recursos da atividade pesqueira em que estão inseridos, vincula-se a ideia de pesca artesanal que, por sua vez, se relaciona à ideia de artesanato, habilidade e talento nos momentos precisos, seja durante a pesca ou durante a confecção de(s) seu(s) instrumento(s) de trabalho (RAMALHO, 2007).

As comunidades quilombolas são remanescentes de povos africanos de várias etnias que trouxeram consigo saberes a respeito das mais diversas áreas do conhecimento: culturas, religiões, línguas, artes, ciências, tecnologias (CORREA; COSTA; BALBINO, 2007). Sua definição mais recente, segundo Velasquez (2008, p. 234), encontra-se no decreto 4887 de 2003 regulamentado pelo Governo Federal como a constituição de,

[...] grupos étnico-raciais que tenham também uma trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida, e sua caracterização deve ser dada segundo critérios de autodefinição, atestada pelas próprias comunidades.

Nesse contexto, devem-se entender os valores de pertencimento e de valorização social de seus indivíduos que os mantêm atrelados às coisas da terra, do espaço, do meio social e ambiental. Portanto, um dos aspectos relevantes da compreensão dos valores humanos e ambientais que se propõe nesta pesquisa é buscar entender as condições de vida dos pescadores em nível social, econômico e os impactos ambientais que os afetam ou que envolveram a vida do pescador nos últimos anos.

Materiais e métodos

A pesquisa foi iniciada no povoado nos meses de junho e julho de 2011, com a realização de 25 entrevistas dirigidas aos pescadores de ambos os sexos.

O trabalho partiu de três fases: a primeira com a realização de uma pesquisa documental junto às fichas cadastrais dos membros da Associação de Pescadores do povoado, nas quais se constatou a existência de 298 integrantes profissionais, cuja maioria apresentava relações de parentesco entre si. O número serviu apenas de base, uma vez que para a entrevista se consideraram dois aspectos fundamentais: o primeiro seria o de que apenas um membro da família participaria por se considerar que as realidades são as mesmas; o segundo seria o de selecionar aqueles que apresentassem certo grau de representação social reconhecida na comunidade ou por terem seu nome repetidamente citado pelos demais.

A segunda fase deu-se com a criação de um roteiro de pesquisa que serviu para realização de um pré-teste que validasse as informações. De posse destas informações, criou-se o material definitivo, no qual se procurou não entrevistar aqueles que já haviam tido sua participação na fase anterior.

Embora o roteiro de entrevista tivesse sido preparado com a preocupação de se obter o máximo de dados possíveis que serviriam para iniciar as atividades de campo, tentou-se extrair outras informações que pudessem auxiliar na pesquisa.

Na fase posterior, a escolha dos informantes deu-se obedecendo ao critério da técnica de Bailey ou *Snow Ball* (bola de neve), na qual a seleção parte da escolha ou indicação de um provável entrevistado apontado e reconhecido socialmente por membros da própria comunidade (ALBUQUERQUE; LINS NETO, 2010). Para o início das atividades, devido à ausência de informações e à de informantes na localidade, a escolha dos primeiros entrevistados contou com o apoio da presidente da Associação. Posteriormente, a cada informante eram solicitados os nomes de outros cinco prováveis entrevistados. Caso os sujeitos se repetissem, estes eram eliminados.

Para essa fase, foram utilizadas técnicas de entrevista semiestruturadas, dando liberdade ao informante para se expressar e comentar, de forma mais aberta, sobre a sua percepção socioambiental local.

Cada participante recebeu um termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE), quando lhe explicado o motivo da pesquisa e assegurando sigilo na divulgação das informações. Além dos registros citados, cada um teve sua fala gravada digitalmente e posteriormente transcrita, respeitando-se o linguajar do entrevistado e resguardando sua identificação, para futuras análises de informações que porventura tivessem passado despercebidas durante o encontro.

Para não interferir na indicação, o informante podia sugerir livremente os nomes, independentemente do gênero e prática laboral profissional ou amadora. No

entanto, foram considerados apenas aqueles que moravam na comunidade de Rua da Palha.

Foram trabalhadas questões tais como: as condições de vida que envolvessem as populações endógenas, o seu entorno social, as atividades econômicas geradas pela pesca e as práticas de sustentabilidade, moradia, saúde, compreensão do meio físico-natural e outros valores que pudessem demonstrar a realidade local.

Análise das entrevistas

Conforme relatado, foram realizadas 25 entrevistas com pescadores da localidade sendo o gênero masculino o mais representativo, com 72% dos registros e 28% do sexo feminino. Desse total, 76% são casados, 20% solteiros e apenas 1% viúvo (Figura 1).

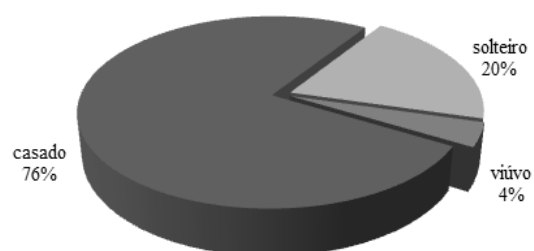


Figura 1. Estado civil dos informantes.

A faixa etária predominante dos entrevistados encontra-se entre 31 e 40 anos, representando 44%, seguida de 41 a 50 anos e 51 a 60 anos, ambas com 20%. As menos representativas encontram-se entre 21 aos 30 anos e 61 aos 70, com 8% (Figura 2).

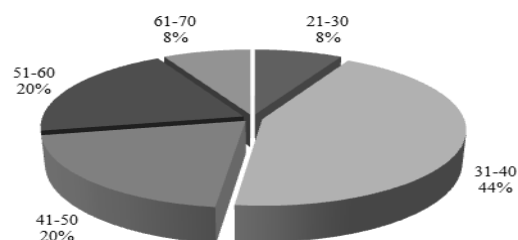


Figura 2. Faixa etária dos entrevistados.

Indagados sobre a participação do(a) companheiro(a) na coleta ou pesca, 64% responderam afirmativamente, enquanto 12% declararam não haver esta participação, visto que estes últimos se ocupam de outras atividades, seja nas empresas do município, na prefeitura, na capital ou até mesmo deslocado para outros estados em busca de melhores oportunidades de renda (Figura 3).

Na verdade, para os pescadores, a alternativa de se largar sua atividade profissional e buscar novas fontes de recurso financeiro e um trabalho que seja

menos braçal em outros estados principalmente tem sido um fator relevante para muitos deles ou seus parentes mais próximos. Isto se deve à falta de alternativas e oportunidade de trabalho com carteira assinada, tendo em vista que os recursos pesqueiros não têm sido suficientes para o sustento da família. Vale destacar que destino da maioria é a cidade de Santos em São Paulo.

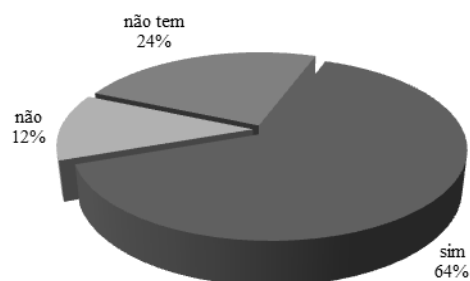


Figura 3. Atuação do companheiro como pescador.

Abordados sobre o porquê dessa migração ser, na sua maioria, principalmente realizada por homens e não mulheres, de forma geral, a resposta mais significativa foi o fato de não haver trabalho para ambos os gêneros com a mesma facilidade. As mulheres, assim, ficam junto com os filhos e ajudam no sustento com a atividade informal e com horário de certa forma flexível - neste caso, com a pesca. É como elas dizem: “[...] não há trabalho com carteira assinada para mulheres e temos que contentar com o que tem”.

A questão familiar

Quanto à condição familiar, verificou-se que o número de filhos por família é alto. A média por família visitada é de 4,3. Aqueles que têm apenas um ou dois filhos, na maioria, são casais novos e representam 27% dos entrevistados. Os que possuem 3 e 4, e 7 e 8 filhos, são 19%; 5 e 6 com 16%; 9 e 10, 15% e apenas 4% não têm filhos (Figura 4).

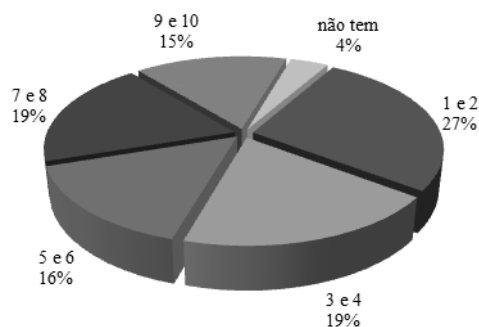


Figura 4. Número de filhos por família.

Quanto ao interesse dos filhos em continuar as atividades dos pais muitos são jovens ainda em fase

de estudos; e a maior parte, 52%, informou eles não querem exercer a atividade; 13% declararam que seus filhos costumam ir de vez em quando para ajudar a família ou para arranjar algum dinheiro; 35% já o fazem com frequência (Figura 5).

As declarações em geral são:

Aqui não tem outro tipo de trabalho, meu filho precisa sobreviver e nos ajudar [...]; [...] aqui não tem outros meio [...]; [...] porque é muito cansativo (o trabalho), ninguém quer levar esta vida.

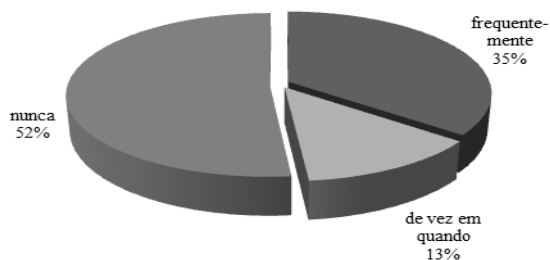


Figura 5. Seus filhos trabalham como pescadores?

Indagados sobre a possibilidade de seus filhos terem um futuro profissional diferente do de seus pais, 78% acreditam que sim e que conseguirão por estarem estudando, pois, segundo eles, essa condição será um diferencial no futuro. Entre os comentários mais relevantes verificados estão:

Mangue não faz futuro não. Quero que eles estude e arrume emprego; Tudo fica mais fácil se estudar; Não quero que meus filho vão pra maré; [...] Porque é muito ruim trabalhar na maré; Não acho boa a vida de pescador; Estamos lutando pra isso. Não faço questão se meus filhos trabalham. O trabalho é duro. Sei da importância do trabalho mas acho que meus filhos podem ter melhor vida; Torço pra isto. A vida é doída, nem sempre consegue dinheiro; Eles tem que estudar pra sair fora. Não quero que tenha a mesma vida que eu; Porque tem que estudar e podem ter algo melhor na vida.

Os entrevistados que consideram a possibilidade de seus filhos manterem a mesma vida profissional dos pais são 13%, cabendo destacar os seguintes comentários:

Se ficar aqui vai ser pescador [...]. Não tem outro trabalho; A maioria do emprego é pra maré, é pra arriscar a vida; Minha vida de pescador é muito sofrida. Eles têm que estudar. Mas eles querem continuar pescando; Os filhos gosta de ir para a maré. É bom que ajuda e o futuro é esse mesmo.

Apenas 9% não sabem dizer e deixam a escolha da continuidade ou mudança de condição para o próprio filho: “Depende de eles quererem; A dificuldade está mais pouca, depende hoje mais do interesse pessoal” (Figura 6).

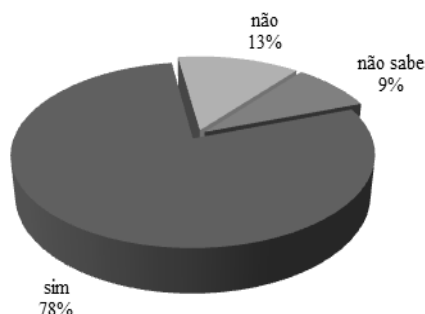


Figura 6. A vida dos seus filhos poderá ter um futuro diferente da dos seus pais?

Quanto a escolaridade dos entrevistados, na sua maioria declararam que foram poucas as oportunidades que tiveram de frequentar uma escola. 26% declarou que tanto ele(a) quanto seu(ua) companheiro(a) nunca estudaram; 30% chegaram a fazer apenas o primeiro ano do ensino fundamental; 12%, o segundo; 2%, o terceiro; 6%, o quarto e 16% chegaram ao quinto ano ou mais (máximo 8º ano, com apenas um caso); 8% declararam não saber ou não se lembrar (Figura 7). Se considerarmos que poucos sabem realmente ler, encontramos nesse grupo social mais de 60% com um grau de estudos extremamente incipiente. As declarações mais significativas foram: “Tive de sair cedo pra trabalhá. Não havia escola aqui; [...] naquela época, tinha que sair pra ajudar meu pai, senão nós morria de fome”.

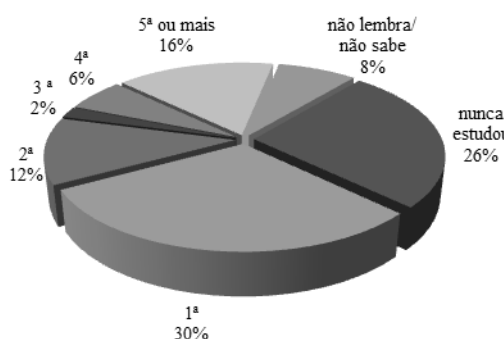


Figura 7. Nível de escolaridade do entrevistado(a) e seu(ua) companheiro(a).

A profissão é vista como árdua e difícil por eles, capaz de gerar uma renda, para a grande maioria deles, abaixo do salário mínimo do país que se encontra atualmente em R\$ 622,00¹. Esta situação pôde ser observar quando se indagou sobre o recurso financeiro adquirido nos últimos 15 dias. Assim, verificou-se que 36% arrecadaram menos que R\$ 100; para esta mesma porcentagem, afirmaram que obtiveram ganho entre R\$ 101 e 200,00; 8% afirmaram ter recebido entre R\$ 201,00 e 300,00;

4%, entre R\$ 401,00 e R\$ 500,00; 8% não souberam dizer ou não quiseram declarar (Figura 8).

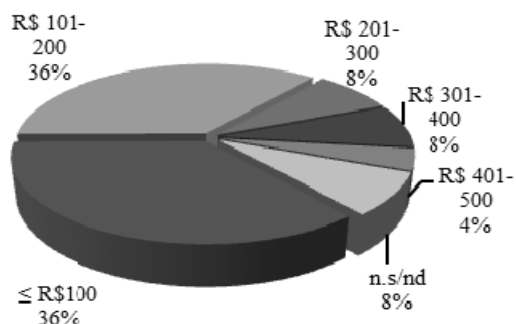


Figura 8. Renda familiar nas duas últimas semanas.

Os fatores que interferem na captação ou obtenção de recursos são bastantes variáveis tais como: frequência na atividade diária e semanal, execução do trabalho individual ou pelo casal, intemperismo, água turva e/ou doenças, principalmente ocupacionais, situações que serão discutidas posteriormente.

Para essas famílias, a ajuda dos Governos por meio da distribuição de bolsas-família, vale-gás e vale-escola² tem sido muito importante no acréscimo de recursos. 68% declararam que recebem benefícios que variam de R\$ 20,00 a 120,00, dependendo do número de filhos; 20% declaram não receber ajuda e os motivos principais são: filhos fora da idade escolar, não terem descendentes, terem sido recusado etc.; 12% não sabem responder, visto que alguns não moram com a esposa ou companheira (Figura 9).

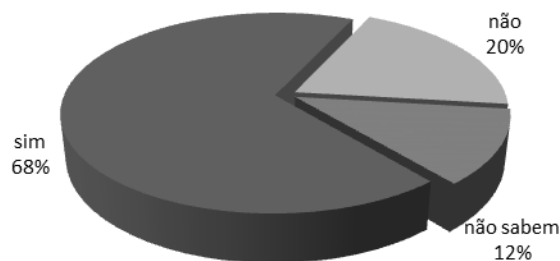


Figura 9. Famílias beneficiadas por bolsas do Governo Federal.

Quanto à Lei do Defeso³, 80% dos entrevistados recebem auxílio desemprego no período uma ou duas vezes ao ano do Governo Federal. Eles declararam a importância desse dinheiro já que com ele, podem comprar coisas que de outra maneira não

¹Valor equivalente a USD 350,09 do dia 09/mar/2012.

²Estes benefícios são concedidos mensalmente pelo Governo Federal que tem como proposta principal combater a fome e a miséria das famílias mais carentes do país.

³A Lei do Defeso (10.779/2003) é de ordem Federal e concede ao pescador artesanal, o status de profissional, condição esta que durante determinadas épocas do ano, depende sobretudo da reprodução e desova de caranguejo e de camarão; é benefício de Seguro Desemprego, ficando o pescador impedido de pescar/coletar (BRASIL, 2003).

teriam condições: “Comprei um som; [...] posso comprar roupas novas pra minha família; [...] guardo dinheiro para os dias de pouca pesca”.

Esses comentários são bastante comuns e se vê que há uma melhoria em sua qualidade de vida, sobretudo, no que se refere à aquisição de bens. Aqueles 20% que não recebem esse apoio consideram-no importante e entre seus comentários a respeito de não terem se associado estão: ter perdido o documento e necessitar ir à cidade regularizar, tentar, mas não conseguir. Outros consideram a associação muito desorganizada, e, portanto, não quiseram se cadastrar ainda ou nunca tiveram interesse (Figura 10).

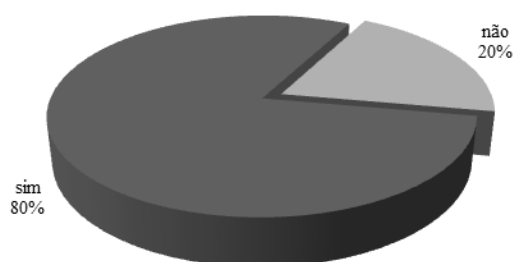


Figura 10. Pescadores entrevistados que recebem seguro desemprego do defeso.

A Pesca

A pesca artesanal em Rua da Palha apresenta-se como uma prática social, ainda que cada um dos pescadores traga seu produto separadamente. Quando perguntados sobre a prática, 50% afirmam que têm como costume pescar em companhia de algum amigo ou parente próximo (irmão, filho ou primo); 16% preferem ir com seus companheiros(as) por considerarem que os recursos coletados serão divididos na própria família; 22% preferem executar a tarefa sozinhos, geralmente são homens e grande parte deles são coletores de caranguejos que espalham suas armadilhas; 12% trabalham com mais de dois indivíduos que nem sempre são seus parentes ou amigos do cotidiano.

A explicação para esta situação é que para lançar a rede e manejar o barco necessitam de mais pessoas. Além disso, há relatos de pescadores que utilizam barcos maiores o que requer a ajuda de mais profissionais (Figura 11).

Quanto àqueles que pescam – especificamente o gênero masculino – observou-se que 53% deles exercem a atividade principal na captura de peixes com rede e tarrafa e 47% atuam como caranguejeiros. Por sua vez, para as mulheres, a atividade principal, e a mais rentável, é a coleta de aratu e de ostra.

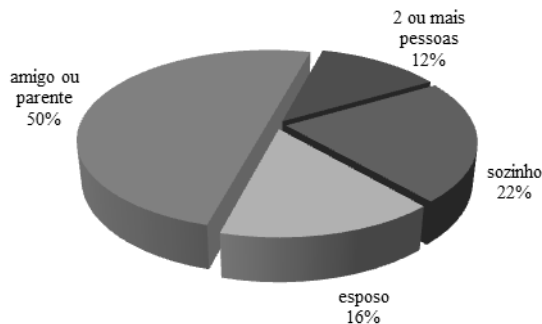


Figura 11. Com quem costumam pescar?

Os padrões marcado pelas especialidades por gênero, a explicação para estas diferenças de trabalho se caracterizam pelo esforço físico que no caso masculino tende a ser maior embora, em alguns momentos, ambos os gêneros possam executar as tarefas uns dos outros, dependendo da necessidade.

A atividade de pesca na comunidade não é constante. Conforme relatado anteriormente, 37% dos entrevistados afirmam sair para a pesca todos os dias da semana; 18% costumam ir até duas vezes ao dia, dependendo da condição da maré; 15% costumam ir de 5 a 7 dias por semana; 19% vão de 3 a 4 dias por semana; 11% vão 1 ou 2 dias por semana. Os motivos mencionados por alguns está relacionado à inconstância na atividade são: trabalhos domésticos (caso feminino); repartição do tempo com outras atividades como a criação de abelhas, construção, plantio, comércio, dentre outras (Figura 12).

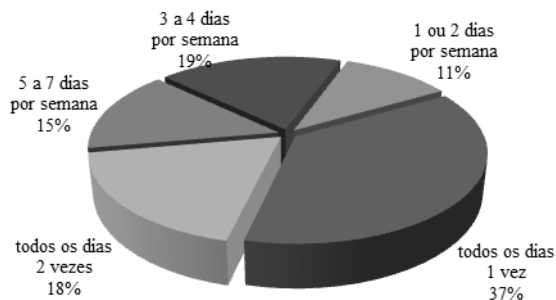


Figura 12. Frequência na atividade de pesca seu e do seu(a) companheiro(a).

Quanto à venda de seus produtos, os entrevistados consideram ser precária devido a falta de uma cooperativa. Eles se veem, na maioria das vezes, obrigados a vender o que coletam a atravessadores (90%) devido à falta de tempo para vender. Com isso, o preço dos seus produtos torna-se mais barato. Outros 10% preferem vendê-los na cidade.

Sobre a questão da qualidade dos recursos pesqueiros nas últimas duas décadas na região, 79% consideram que estes estão diminuindo; 4% consideram igual e 17% não soube dizer ou não opinou (Figura 13).

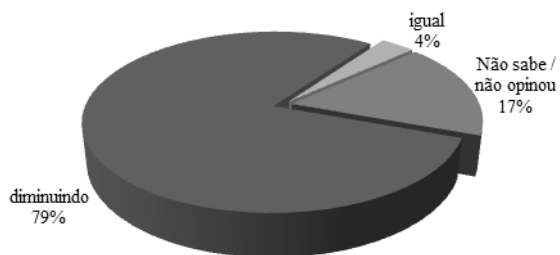


Figura 13. Como se encontra a qualidade dos recursos nas últimas décadas.

Para a questão da diminuição dos recursos as respostas são diversas dando-se destaque para as seguintes:

Porque tem muitos pescadores e aumenta a concorrência; Por causa da morte dos caranguejos e depois não rendeu como era antes; Porque o povo pesca de redinha que pega mais; O peixe se esconde mais, nação cresceu tudo diminuiu o povo tá demais, não dá tempo para o bicho reformá (chegar à maturidade); [...] muita derrubada de mangue que esquentava os solos e ele não vem não; Teve uma mortidão que matou muito caranguejo.

Destacam-se os seguintes comentários sobre a questão da grande mortandade de caranguejos ocorrida na região:

Sofremos muito; [...] saía pra pescar e os bicho tudo morto; [...] nada prestava; [...] se não fosse ajuda do prefeito, aqui estaria sem gente. Passamos muita necessidade; [...] o povo comenta que foi a produção de camarão que causou isso tudo.

Na tentativa de entender a situação, a Associação de Pescadores declarou que houve a necessidade de uma forte intervenção da prefeitura e posteriormente do estado e do Governo Federal, por meio de doações de cestas básicas, pois haviam pessoas em situação bastante difíceis, condição que tornou necessária a criação da referida associação.

Comentários mais técnicos dizem que a mortandade foi causada pela proliferação de um fungo da espécie *Exophiala psycrophila*, causador da doença do caranguejo letárgico (DCL). Ainda há uma incógnita sobre o que fez aumentar a população deste organismo na região, embora pareça comum encontrá-la em quase toda a costa brasileira. Em alguns estados, o parasita causou situação parecida como Pernambuco, Bahia, Espírito Santo e outros conforme relata a revista do Grupo Integrado de Aquicultura e Estudos Ambientais, (GIA, 2006).

Indagados quanto à quantidade do produto pescado nestas últimas duas décadas, 69% dos pescadores afirmam que os recursos pesqueiros diminuíram seu tamanho; 24% acreditam que continuam iguais, e 7% não sabem ou não declararam (Figura 14).

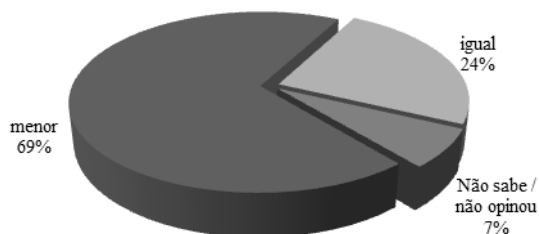


Figura 14. Como o Senhor(a) vê a quantidade de recursos pesqueiros nestas últimas décadas?

Em relação a tal condição, ao serem indagados sobre o motivo da diminuição da quantidade de recursos, as respostas mais expressivas foram:

Não damos tempo para ele crescer, às vezes trazemos o miúdo porque é o que tem e serve pra matar a fome; [...] jura é só filhotinho; [...] população cresce e não dá agirgo (tempo) para ele crescer; [...] quando era pequeno, tinha mais, hoje não tem mais; [...] por causa da bitola das malha de rede que mata muito; [...] antigamente tinha muito e escolhia o maior, hoje não.

Além do comentário feito anteriormente sobre o impacto ambiental ter gerado uma forte diminuição dos recursos pesqueiros, outro motivo identificado por eles é o fato de haverem muitos retirando os recursos naturais locais e o fato de que muitos não obedecerem ao período do defeso. Esta informação não condiz com os resultados apresentados na pesquisa quando, 52% dos entrevistados, afirmam que, de uma forma geral, vêm obedecendo à referida lei e declaram: “Porque eles entendem a importância”; “eles respeitam por causa da multa, senão não respeitavam”; “porque se não obedecer perde”. Alguns veem esse período como um momento de pausa e de descanso, conforme o relato de um pescador que diz ser “uma caridade pra gente pobre descansar”.

Por outro lado, 41% consideram que muitos agem na ilegalidade e 7% não sabem ou não quiseram opinar.

Uma outra condição que retrata a diminuição dos recursos é que está ligado ao fato do uso de métodos proibidos como o lançamento de bombas na água. “[...] muitos não, falta consciência o povo usa corrente e bomba, depois que solta bomba, mergulhando, vê pouco peixe”, além disso, outros comentam:

Nem todos respeitam. É importante porque na frente se sentirão prejudicados [...]; [...] apenas os profissionais; [...] se não houver o defeso não haveria o que pescar; [...] uns param outros não. Não sei dizer. Todo mundo deveria respeitar a lei, mas nem todo mundo é; [...] a condição é precária; [...] metade sim, metade não. Porque atrasa muito o pagamento, tem gente que não recebe.

Deste total, apenas 7% não sabem ou não deram sua opinião. (Figura 15).

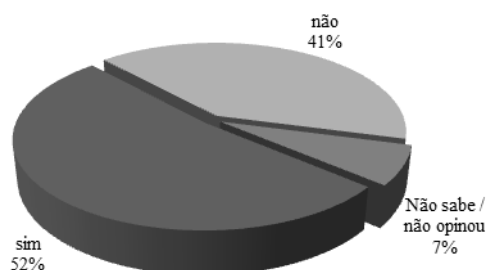


Figura 15. Os pescadores têm obedecido à Lei do Defeso.

A Saúde

Quanto à questão da saúde familiar, 28% consideram-na ser ótima e na mesma proporção regular, avaliando esta condição pelo fato de não necessitarem ir ao hospital na cidade ou ao posto de saúde; 32% consideram-na boa; 12%, ruim (Figura 16).

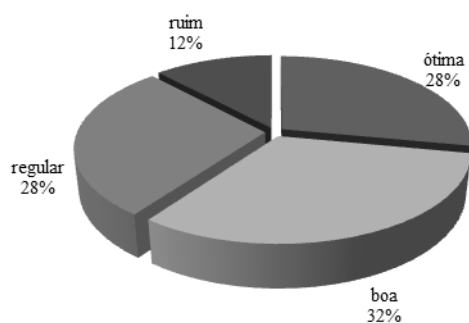


Figura 16. A saúde da família.

Na tentativa de se entender melhor a condição acima descrita, fez-se a seguinte pergunta: “Nos últimos dois anos, quais foram as doenças mais comuns ocorridas na família?” As respostas obtidas acabaram por mostrar um resultado contrário ao anterior já que todos responderam ter algum tipo de enfermidade. Segundo eles, 37% apresentaram problemas de ordem ocupacional como dores na coluna, o que faz algumas pescadoras mais velhas exercerem mais a atividade de coleta de aratu que a de maçunim⁴.

Dentre as doenças ocupacionais destacam-se as dores nos ossos, principalmente nos braços, hérnia de disco, articulações, coluna e pernas dos mais velhos, motivo de reclamação da falta de qualidade do serviço público prestado, provavelmente estas se devem ao esforço repetitivo na coleta, no andar e nas

ações de subir e agachar sobre o mangue, as quais exigem muita força física e postura inadequada.

Além destas, 23% responderam haver casos de doenças estão relacionados a parasitas como xistose, amarelão e ameiba, dentre os mais comentados; 20% relatam a existência de outras enfermidades que aparentemente não estão ligadas diretamente com a atividade pesqueira, como asma, reumatismo e gastrite. Os que não sabem ou não opinaram se encontram em 20% dos relatos (Figura 17).

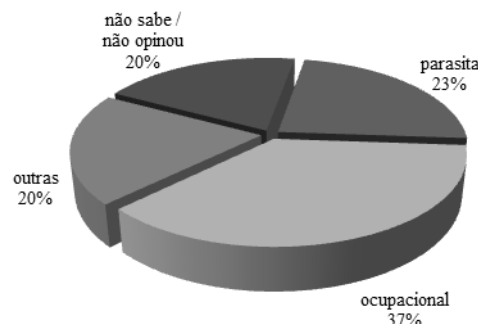


Figura 17. Doenças comuns na família nos últimos dois anos.

Considerações finais

Os resultados mostram a realidade de uma comunidade que vem sofrendo grandes impactos econômicos e ambientais ao longo dos anos decorrente da diminuição da quantidade e qualidade do pescado, gerados pelo grave impacto causado pela mortandade de caranguejo pela DCL, fonte de boa parte dos recursos de subsistência.

Há relatos de pessoas que passaram fome e que acreditam que, sem a intervenção do Estado, provavelmente teriam ocorrido mortes e migração em massa de moradores. Decorridos quase 10 anos, eles consideram que o problema ainda não está resolvido, embora tenha melhorado muito com a criação da Lei do Defeso para o caranguejo o que proporcionou, de forma lenta, algum poder de recuperação da espécie. Somando a esta situação, deve-se destacar também que o impacto ambiental se deve ao crescente número de pessoas na coleta vem se tornando difícil melhorar a renda familiar deste grupo em questão.

Os pescadores reconhecem o árduo trabalho que executam e o quanto ela, ao longo dos anos, devido ao seu trabalho repetitivo e exigência de um grande rigor físico, tende a comprometer a saúde, motivo que faz jovens, somado ao baixo retorno financeiro migrarem para outras cidades e estados.

A ideia de se criarem cooperativas geridas pelas Associações de Pesca seria bem aceita por eles, visto que proporcionaria melhor renda e escoamento dos

⁴Massunin: bivalvo do filo molusca do gênero *Anomalocardia*. É muito comum na costa brasileira e que costuma ficar enterrado nas areias das praias. É bastante comum na gastronomia do Estado de Sergipe.

produtos. Por enquanto, a solução mais prática, segundo eles, é entregar seus produtos a um atravessador porque consideram a cidade longe e, ainda que recebam menos, não perdem tempo se deslocando até ao ponto de venda. Ficar na localidade, na concepção deles, pode ser dedicado a mais pesca ou coleta, o que, em sua concepção, lhes dá mais dinheiro.

Chamou a atenção que, embora muitos tenham declarado gostar da profissão, são as mulheres principalmente as que mais se queixam do padrão de trabalho a que são submetidas, pois necessitam exercer muita força ao caminhar na lama. Além das dores, devido ao esforço físico repetitivo e de movimentação, há casos de mulheres que tomam antidepressivos e falam do trabalho como atividade desumana.

Mesmo acreditando que com uma melhor educação seus filhos possam ganhar qualidade de vida, muitos percebem que a região não apresenta oportunidades de trabalho fora da atividade de pesca. Isso é notório, visto que vários de seus parentes e familiares próximos têm tomado como destino outras cidades do estado e, até mesmo, Santos em São Paulo como referência de oportunidades de trabalho na construção civil e no porto. Assim, pensar em sustentabilidade social é algo complexo e requererá um forte empenho de órgãos gestores e da sua comunidade, sobretudo, para lidar com as pressões socioambientais nas quais estão envolvidos diretamente.

Em síntese, um projeto socioambiental na localidade tem de estar, em primeiro lugar, voltado para o gênero feminino que se sente pouco assistido e com quase nenhuma alternativa de laboral. A criação de um 'espaço mulher' poderia ser um ponto de encontro para discussões e tentativas de melhoria da qualidade de vida destas profissionais.

Referencia

- ALBUQUERQUE, U. P.; LINS NETO, E. M. F. Seleção dos participantes da pesquisa. In: ALBUQUERQUE, U. P.; LUCENA, R. F. P.; CUNHA, L. V. F. C. (Ed.). **Métodos e técnicas na pesquisa etnobiológica e etnoecológica**. Recife: Nupeca, 2010. (Coleção estudos e avanços).
- BATES, D. G. **Human adaptive strategies: ecology, culture, and politics**. 3rd ed. Boston: Pearson Education, 2005.
- BATES, D. G.; LEES, S. H. **Case studies in human ecology**. New York: Plenum Press, 1996.
- BEGOSSI, A. **Conservation ecology, human ecology and the management of the commons**. In: BIENNIAL CONFERENCE OF THE INTERNATIONAL ASSOCIATION FOR THE STUDY OF COMMON PROPERTY, 8., 2000, Bloomington. **Proceedings...** Bloomington: IASCP, 2000. p. 1-19. Disponível em: <<http://www.ibcperu.org/doc/isis/481.pdf>>. Acesso em: 10 mar. 2011.
- BRASIL. **Lei nº 10.779, de 25 de novembro de 2003**. Dispõe sobre a concessão do benefício de seguro desemprego, durante o período de defeso, ao pescador profissional que exerce a atividade pesqueira de forma artesanal. Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília, 25 dez. 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/2003/L10.779.htm>. Acesso em: 14 jun. 2012.
- CLAUZET, M.; RAMIRES, M.; BARRELLA, W. Pesca artesanal e conhecimento local de duas populações Caiçaras (enseada do Mar Virado e Barra do Uma) no litoral de São Paulo, Brasil. **MultiCiência: a Linguagem da Ciência**, n. 4, maio de 2005. Disponível em: <http://multiciencia.unicamp.br/artigos_04/rede_01_pdf>. Acesso em: 7 dez. 2011.
- CORREA, W.; COSTA, M. A. B.; BALBINO, W. Programa transdisciplinar para o desenvolvimento sustentável da comunidade quilombola de Monte Alegre. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, v. 1, n. 2, p. 4-53, 2007.
- CORTEZ, C. S. **Conhecimento ecológico local, técnicas de pesca e uso dos recursos pesqueiros em comunidades da área de proteção ambiental Barra do Rio Mamanguape, Brasil**. 2010. 90f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e meio Ambiente)-Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa. Disponível em: <http://www.prpg.ufpb.br/prodema/arquivos/dissertacoes/creuza_soares.pdf>. Acesso em: 7 dez. 2011.
- DIEGUES, A. C. **Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar**. São Paulo: Ática, 1983.
- DREW, D. **Processos interativos homem-meio ambiente**. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.
- GIA-Grupo Integrado de Aquicultura e Estudos Ambientais. **Desvendando uma tragédia nos manguezais brasileiros, o caranguejo-uçá pede socorro**, ano 1, n. 2, p. 8-11, 2006. Disponível em: <http://www.gia.org.br/sistema/up_anexos/f508b6b7cdce496bd1afd0c0090ba4ac.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2011.
- MARQUES, J. G. O camponeiro de setembro e as ladainhas de maio. Comunidades tradicionais pesqueiras do Brasil e sua inserção no nicho ecológico. In: ALVES, A. G.; SOUTO, F. J.; PERONI, N. (Ed.). **Etnoecologia em perspectiva**. Natureza, cultura e conservação. Recife: Nupeca, 2010. p. 127-142.
- MILTON, K. **Environmentalism**. The view from anthropology. Asa monographs 32. New York: Routledge, 1993.
- MORAN, E. F. **Ecologia humana das populações da Amazônia**. Petrópolis: Vozes, 1990. (Coleção Ecologia e Ecosofia).
- RAMALHO, C. W. N. **Embarcadiços do encantamento: trabalho como arte, estética e liberdade na pesca artesanal de Suape, PE**. 2007. 300f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais)-Universidade Estadual de Campinas, 2007.
- SOUTO, F. J. **A ciência que veio da lama: etoecologia em área de manguezal**. Recife: Nupeca, 2010.

VELASQUEZ, C. Quilombolas: apesar dos direitos garantidos pela constituição, ainda há muito para se avançar e fazer jus ao compromisso histórico do país com essas comunidades. Diversidade socioambiental. In: RICARDO, B.; CAMPANELLI, M. (Coord.). **Almanaque Brasil Socioambiental**. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2008. p. 234-235.

Received on February 8, 2012.

Accepted on March 13, 2012.

License information: This is an open-access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.